

Editorial

Constituição da consciência sartriana e transcendência do ego

José Carlos Aguiar de Souza*

A Semana Filosófica da PUC Minas, em conjunto com o Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista) deste ano (2008), elegeu o tema do existencialismo e da fenomenologia como eixos centrais de discussão. Algumas das intuições de Sartre ainda geram polêmica e instigam reflexão e debate. Uma das áreas mais instigantes do pensamento de Sartre continua sendo a sua fenomenologia. No ensaio sobre a “Transcendência do ego”, Sartre enfatiza que o ego é do mesmo material do mundo, discordando das concepções kantiana e husserliana. Em oposição a Husserl, Sartre nega que a consciência seja habitada por um ego atuando no interior e por detrás dessa mesma consciência.

Husserl tinha por preocupação primordial o estabelecimento da fenomenologia como uma epistemologia universal e uma filosofia primeira. Para tal empreitada, ele necessitava de uma fenomenologia transcendental, entendida como a tentativa de fundar a filosofia primeira numa descrição pura, sem utilizar qualquer hipótese ou argumento a respeito de entidades objetivas ou subjetivas. Essa fenomenologia teria de se estabelecer como um instrumento para uma epistemologia científica universal (*Wissenschaftslehre*), que trouxesse em si uma classificação dos fundamentos da lógica e da matemática (WILLIAMS, 1989, p. 339).

Sartre, por sua vez, direcionou todos os seus esforços para os problemas humanos e ético-morais. Ele rejeitou o ego transcendental da fenomenologia

* Doutor em Filosofia, professor da PUC Minas e do Ista, e-mail: ppgcr@pucminas.br

husserliana e concebeu a consciência como desprovida de qualquer conteúdo: tudo, inclusive o ego, nada mais é do que objetos intencionais que transcendem o fluxo da consciência. Em outras palavras, Sartre estava interessado na realidade da liberdade humana. Ao conceber a consciência sem nenhum conteúdo e ao fazer do ego um objetivo intencional da consciência, ele faz da consciência uma atividade negadora. Desse modo, o sujeito (*self*) sartriano é um ser sempre engajado que se transcende, sempre escapando de si mesmo.¹

A posição husserliana² na obra **Logical investigation** (HUSSERL, 1970, seção 4) é muito similar à de Sartre. O ego é visto como um objetivo empírico dentre outros no mundo. O ego é, basicamente, a totalidade dos processos mentais que pertencem a um mesmo corpo. Em outras palavras, a consciência não possui um princípio egológico de unidade. Para Husserl, nessa fase primeira do seu pensamento, a unidade da consciência já se encontra constituída sem a necessidade de um princípio egológico peculiar, adicional, unificador (HUSSERL, 1962). Isso significa que a consciência transcendental é a consciência de ninguém. Ela não possui um dono por assim dizer. O campo da investigação fenomenológica estava, desse modo, reduzido.

Entretanto, em **Ideas** (HUSSERL, 1962), o campo de investigação fenomenológica é ampliado; não apenas os atos de apresentação, mas como os atos de representação tornam-se parte do campo fenomenológico de pesquisa. Husserl toma uma posição nova no que se refere ao ego, e o “ego transcendental” é introduzido para responder pela identidade do fluxo da consciência. O ego permanece sempre idêntico a si mesmo como uma espécie de transcendência na imanência (HUSSERL, 1962, I, seção 4).

O ego puro é introduzido no contexto daquelas experiências em que existe o perigo de perdermos a nossa própria identidade, quando existe uma duplicação da consciência: a memória e as experiências intersubjetivas. Em outras palavras, o ego puro é introduzido para responder pelas situações em que experimentamos uma certa forma de alteridade em nós mesmos e entre nós e os outros. Todavia, é na problemática da empatia, na qual diferentes consciências possuem um objeto intencional comum, que encontramos em

¹ Segundo P. S. Morris, podemos distinguir três estágios diferentes no pensamento de Husserl sobre o ego transcendental. Primeiramente, Husserl mantém uma posição não-egológica. Num segundo momento, numa fase intermediária, Husserl concebe o ego como um mero princípio formal de unificação. Finalmente, num estágio posterior do pensamento, ele assume a posição de uma consciência transcendental egológica (MORRIS, 1987, p. 11).

² Utilizei para o presente artigo a tradução inglesa. Ver Husserl, 1970.

Husserl o argumento mais forte em favor da introdução de um ego transcendental. É na questão da separação entre minhas experiências mentais e as dos outros que a referência a um princípio egológico torna-se necessário.

Husserl imputa ao ego puro um tipo peculiar de transcendência: o ego puro é concebido como uma “transcendência na imanência”. Ou seja, o ego puro não coincide com os conteúdos pertencentes ao fluxo da consciência. Todavia, ele só pode ser percebido em relação ao fluxo da consciência enquanto um momento de permanência. Em outras palavras, ele só faz sentido em relação aos processos mentais que aparecem e duram temporariamente. Segundo Husserl, o ego (*experiencing ego*) não é algo que possa ser tomado por si mesmo e transformado num objeto de investigação, já que, sem os seus modos de estar relacionado ou modos de se comportar, ele não possui nenhum conteúdo que possa ser elucidado. O ego em si e por si mesmo é indescritível; apenas um ego puro, e nada mais além disso (HUSSERL, 1962, I, seção 80).

O ego puro não é encontrado como um mero objeto. Ele ainda não é o que podemos denominar de um sujeito que possua certas características pessoais com determinados estados e disposições (*moods*) duradouros. O paradoxo é que, para Husserl, o ego é indescritível e, ainda assim, um objeto de importante descrição. O ego é indescritível na medida em que não é um objeto em e para si mesmo, mas, ao mesmo tempo, um objeto de importante descrição, já que os processos mentais se referem a essa forma subjetiva de transcendência.

Sartre nega a existência de um ego presente na estrutura da consciência enquanto princípio de unificação. Para ele, o ego pode não se encontrar nem formal nem materialmente presente na consciência. Ele está lá fora no mundo, é um ser do mundo tal como o ego de uma outra pessoa (SARTRE, 1972, p. 31). A unidade da consciência encontra-se na atividade sintetizadora da própria consciência através da qual a consciência se unifica no tempo. Segundo Sartre, é a própria consciência que se unifica a si mesma através do movimento das “intencionalidades transversais” (*transversal intentionalities*), que são as relações concretas e reais das consciências passadas. Quando falamos da consciência, falamos da totalidade da consciência (SARTRE, 1972, p. 39).

A unidade da consciência acha-se também ligada à persistência dos objetos que experienciamos. Assim, Sartre é levado a afirmar que é justamente nos objetos que a unidade da consciência é encontrada (SARTRE, 1972, p. 38), ou seja, os objetos da experiência contribuem para a unidade da consciência,

pois eles oferecem um *focus* para o ato particular da consciência, ao mesmo tempo em que contribuem para a nossa experiência de continuidade temporal, já que os objetos persistem (MORRIS, 1987, p. 7).

A unidade e a individualidade da consciência são inerentes à sua própria natureza. A unidade da consciência é dada através das retenções não assertivas do passado, que Sartre denomina de “intencionalidades transversais”. A consciência encontra-se desde o início ciente de si, muito embora de um modo pré-reflexivo. Conseqüentemente, ela é capaz de estabelecer a sua própria unidade e continuidade do interior de si mesma sem a necessidade de nenhuma ajuda externa. Assim, Sartre concebe as “intencionalidades transversais” para descrever essa consciência imediata, não assertiva e pré-reflexiva que um ato da consciência possui antes mesmo de ser um ato explícito de reflexão (GLYNN, 1987b, p. xxv).

Para Sartre, a consciência não apenas não necessita de um “eu” como princípio unificador, como esse “eu” supérfluo colocar-se-ia como uma espécie de obstáculo, na medida em que dividiria a consciência. A consciência nada mais é do que uma espontaneidade pura, e não um objeto.

A consciência se conhece a si mesma como uma interioridade absoluta. Trata-se, aqui, de uma consciência de primeiro grau ou de uma consciência não refletida (SARTRE, 1972, p. 41). O “eu”, por sua vez, nada mais é do que um objeto dentre outros objetos da consciência. Como uma espontaneidade pura, a consciência não possui nenhum conteúdo, sendo, portanto, verdadeiramente um nada. Apenas ao ser a consciência de um objeto é que ela se torna ciente de si mesma.

O “eu” aparece quando a consciência está direcionada para si mesma como um objeto, ou seja, como consciência refletida. Para Sartre, o “eu” aparece como uma operação de segundo grau, tratando-se, assim, de uma operação da consciência que se direciona para si mesma (SARTRE, 1972, p. 45). O aparecimento do “eu” é fruto de um ato de reflexão (SARTRE, 1972, p. 49). Assim, o “eu” não aparece como um sujeito transcendental, mas como um objeto transcendente que termina sendo o polo transcendente de unidade sintética (SARTRE, 1972, p. 61).

Em **O ser e o nada**, Sartre deixa claro que o projeto fundamental que uma pessoa escolhe para si é central para se estabelecer a continuidade e a coerência das suas experiências e ações (MORRIS, 1987, p. 7). O corpo é o centro

espacial de todas as ações, podendo ser caracterizado por sua continuidade no tempo. Ele desempenha, assim, as funções tradicionais do sujeito consciente. Desse modo, Sartre responde aos seus críticos que afirmam que ele nega a existência do sujeito (MORRIS, 1987, p. 15). O corpo vivente desempenha, assim, um papel importante nos argumentos de Sartre, contrários a uma estrutura egológica da consciência. Sartre não nega a existência do sujeito. Ele se opõe, contudo, à necessidade de um ego transcendental responsável pela unidade da experiência. O corpo, centro de todas as nossas ações, é o ponto de referência no qual a experiência se dá (MORRIS, 1987, p. 9).

Em suma, a posição defendida por Sartre deve ser considerada no contexto de seus projetos e posicionamentos políticos. Aqui, encontramos a originalidade da abordagem fenomenológica sartriana, que se coloca como uma teoria existencialista da consciência ou como uma fenomenologia da existência humana (SARTRE, 1972, p. 105). O ego é transcendental, afirma Sartre. O *cogito* é fruto da reflexão, é um objeto para a consciência. O ego encontra-se engajado no mundo.

Entretanto, a posição sartriana pressupõe uma forte separação entre interioridade e exterioridade, entre vida interior e vida pública. A consciência não necessita de uma pressuposição egológica de unidade e, assim, um ego transcendental seria uma espécie de morte da consciência (SARTRE, 1972, p. 40). Em outras palavras, já que toda a consciência é a consciência de algo, ela é sempre intencional e, por isso, o ego só pode aparecer como um objeto. Enquanto tal, o ego traz sempre consigo uma forma de opacidade. Assim, para que a consciência transcendental seja completamente transparente, ela tem de ser impessoal. Concebida dessa maneira, a consciência sartriana é uma espécie de *creatio ex nihilo*, uma consciência quase divina. A questão da consciência transcendental sartriana é uma questão de autotransparência absoluta, uma consciência sem nenhuma forma de passividade.

Sartre, na avaliação de Spiegelberg, nunca repudiou explicitamente a doutrina de um reino transcendental, que entretanto parece ter sido deixada de lado no desenvolvimento posterior de sua fenomenologia. A fenomenologia sartriana tratou apenas da consciência que aparece no nível humano, do ego constituído, necessitando ainda ser desenvolvida (SPIEGELBERG, 1989, p. 502). A fenomenologia sartriana é uma fenomenologia da existência humana. Aqui reside a sua originalidade, a sua fortaleza, bem como a sua maior fraqueza.

Referências

- GLYNN, Simon (Ed.). **Sartre**: an investigation of some major themes. Newcastle: Athanaeum Press Limited, 1987a.
- GLYNN, Simon The eye/I of the paradox: Sartre's view of consciousness. In: GLYNN, Simon (Ed.). **Sartre**: an investigation of some major themes. Newcastle: Athanaeum Press Limited, 1987b.
- HUSSERL, Edmund. **Logical investigation**. London: Routledge & Kegan Paul, 1970.
- HUSSERL, Edmund. **Ideas**: general introduction to pure phenomenology. London: Collier MacMillan Publishers, 1962.
- MORRIS, P. S. Sartre on the transcendence of the ego. In: GLYNN, Simon (Ed.). **Sartre**: an investigation of some major themes. Newcastle: Athanaeum Press Limited, 1987.
- SARTRE, Jean Paul. **The transcendence of the ego**. New York: Octagon Books, 1972.
- SEEBOHM, Thomas M. Transcendental phenomenology. In: MOHANTY, J. N. **Husserl's phenomenology**: a textbook. Washington: University Press, 1989.
- SPIEGELBERG, H. **The phenomenological movement**: a historical introduction. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1989.
- WILLIAMS, Forrest. Intersubjectivity: a brief guide. In: MOHANTY, J. N. **Husserl's phenomenology**: a textbook. Washington: University Press, 1989.